

Projeto de Lei propõe criação do 'Bolsa Família' de Campinas

Edimarcio A. Monteiro
edimarcio.augusto@rac.com.br

COMBATE À MISÉRIA

Dário Saadi propõe criar o 'Bolsa Família' de Campinas

Prefeito envia projeto à Câmara para pagar auxílio financeiro a 25 mil famílias

A Prefeitura apresentou ontem o Renda Campinas, primeiro programa permanente de transferência de renda municipal, que já vem sendo chamado de Bolsa Família campineira, com a previsão de atender 25 mil famílias em vulnerabilidade social a partir do próximo ano. O programa é dividido em três faixas e prevê benefícios de R\$ 126 a R\$ 189 para famílias em situação de extrema pobreza (que tem renda mensal per capita de até R\$ 105) e pobreza (renda per capita de R\$ 105,01 até R\$ 210).

A Administração municipal prevê no orçamento para o próximo ano a verba de R\$ 41 milhões para a manutenção do novo programa de transferência de renda. A intenção é a de atender núcleos familiares com crianças de até 6 anos (primeira infância), idosos e pessoas com deficiência.

Renda Campinas prevê pagamento de até R\$ 189 por mês

Para receber o benefício, além do limite de renda, as famílias deverão residir em Campinas há pelo menos dois anos e estar no Cadastro Único (CadÚnico), que é a inscrição para receber programas de assistência social e redistribuição de renda. Ao assinar o projeto de lei a ser enviado para a Câmara Municipal para criação do Bolsa Família municipal, o prefeito Dário Saadi (Republicanos) ressaltou a adoção de critérios técnicos para definição das famílias que receberão o Renda Campinas.

O maior valor de benefício será para famílias chefiadas por mulheres com duas ou mais crianças de 0 a 6 anos de idade ou pessoa idosa entre 60 e 65 anos, que não recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC). "O benefício não é um gasto, mas investimento para combater a vulnerabilidade das famílias", diz o prefeito.

Prioridade
O Renda Campinas será destinado prioritariamente para atender os beneficiários do Cartão Nutrir Emergencial, implementado em abril de 2020 para atender famílias



A presidente e fundadora da Casa da Sopa, Benedita Aparecida Franco de Camargo, distribui cestas básicas para a população carente há 22 anos: "O que a gente pode, a gente faz"

As 3 faixas de benefício do programa Renda Campinas

- ✓ **R\$ 126 (30 Unidades Fiscais Municipais)**
Famílias com, pelo menos, uma indicação de vulnerabilidade, independentemente do número de pessoas na composição familiar.
- ✓ **R\$ 147 (35 Unidades Fiscais Municipais)**
Famílias com três ou mais pessoas, com crianças de 0 a 6 anos de idade e/ou com pessoa idosa e/ou com pessoa com deficiência.
- ✓ **R\$ 187 (45 Unidades Fiscais Municipais)**
Famílias chefiadas por mulheres com duas ou mais crianças de 0 a 6 anos de idade ou com pessoa idosa entre 60 e 65 anos (que ainda não recebem o Benefício de Prestação Continuada).

em insegurança alimentar durante a pandemia de covid-19, que foi suspenso a partir deste mês em função da Portaria GM/MS nº 913, de 22 de abril passado, que declarou o encerramento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) por causa da doença. O projeto de lei de criação

do programa previa a manutenção por até seis meses após o término do período emergencial. O Bolsa Família municipal prevê ampliação do número de famílias atendidas e do valor concedido. O Nutrir Emergencial abrange 19,5 mil famílias e benefício de R\$ 109,41. Para garantir a ma-

nutenção do atendimento desse grupo, a Prefeitura encaminhará um projeto de lei para prorrogar a validade do cartão provisoriamente por mais dois meses. Nesse período, Saadi espera a aprovação do Renda Campinas pelos vereadores. Além da versão emergencial, há também o Cartão Nutrir, que é destinado a cerca de 6 mil famílias em situação de insegurança alimentar, com renda per capita de até R\$ 231,46 por mês. Elas continuam recebendo normalmente e o pagamento será mantido.

Novo benefício
"Nós pretendemos iniciar o pagamento (do Renda Campinas) logo nos primeiros meses de 2023", disse a secretária municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, Vandecleya Elvira do Carmo Silva Moro. Se aprovado, o Executivo terá 90 dias para regulamentar o projeto.

O novo programa visa complementar a renda das famílias em situação de vulnerabilidade social, podendo ser pago simultaneamente a outros, como o Cartão Nutrir e o Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família).

Assim como esse benefício federal, os atendidos pelo programa municipal receberão o valor depositado em uma conta bancária, podendo destinar o uso para o que mais considerar necessário. "Não queremos tutelar o uso por quem enfrenta necessidades, que poderá usar o dinheiro da melhor forma",

afirma Saadi.

Além de receber o benefício, a Secretaria de Desenvolvimento Social diz que as famílias a serem atendidas também receberão outros atendimentos de serviços sociais, como o de acompanhamento psicológico, e de outras secretarias, incluindo cursos profissionalizantes e encaminhamento para emprego, para conseguir progressão social e sair da dependência de benefícios sociais.

Situação difícil

Luciene Pereira Costa, que mora com o marido e seis filhos, é uma das famílias que deixou de receber o Cartão Nutrir Emergencial e poderá vir a ser atendida pelo Bolsa Família Campineiro. "É um dinheiro que faz falta, dá para comprar leite e outras coisas para as crianças", diz. O marido está desempregado há cinco anos, e a família vive hoje do Auxílio Brasil, donativos e eventuais bicos de trabalho que recebe.

Luciene explica que o marido sofreu acidente de trabalho, não conseguiu se aposentar e tem limites físicos para continuar exercendo a atividade de pedreiro. A presidente e fundadora da Casa da Sopa, Benedita Aparecida Franco de Camargo, diz que a pandemia de covid-19 triplicou o número de famílias que buscam a entidade em donativos, principalmente por causa do aumento do desemprego.

Ela diz que chega a distribuir até 500 cestas básicas

por mês, mas atualmente encontra mais dificuldades para conseguir donativos por conta do agravamento da crise econômica do país, que causou a queda do poder aquisitivo da população. Para Benedita, que desenvolve a ação social há 22 anos, programas de transferência de renda são importantes para atender as famílias em vulnerabilidade social.

"Toda a ajuda sempre é bem-vinda", diz. "O que a gente pode, a gente faz", completa a presidente da Casa da Sopa. Além de cestas básicas, a entidade distribui 440 litros de sopa por semana para moradores da região do bairro Paraíso de Viracopos, na periferia da cidade, mantém aulas de capoeira para adolescentes e parciais para geração de renda para famílias necessitadas.

Pioneirismo

Campinas foi a pioneira na adoção de ações de renda mínima para atender famílias necessitadas. Em 1995, o prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB) implantou o programa com base em um projeto criado pelo economista Eduardo Suplicy, eleito deputado federal pelo PT no mês passado. Ele era voltado para famílias carentes com o objetivo de retirar as crianças das ruas.

O sucesso do programa local levou outras prefeituras em todo o País a adotarem políticas semelhantes. A crescente implantação de experiências nessa área levou à aprovação da Lei 9.533/1997, que autorizava a União a cofinanciar em 50% os programas de renda mínima municipais associados a ações socioeducativas.

Através da Lei 10.219/2001, o governo federal instituiu um novo programa nacional neste sentido, o Bolsa Escola, que veio a substituir o Renda Mínima. A associação desse benefício com outros implantados ao longo do tempo levou ao surgimento do Bolsa Família, que, há um ano, foi rebatizado como Auxílio Brasil.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 6